

**ATA Nº 16/2022**

**O documento original encontra-se assinado e arquivado junto à unidade gestora do RPPS.**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se, ordinariamente, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Chapada-RS, com início às dezessete horas e trinta minutos, as servidoras Luciane Vogt, Júlia Dezingrini e Ângela Cristina Klein Gross, membros do Comitê de Investimentos do RPPS, nomeadas pela Portaria nº 648/2021. Neste encontro deliberou-se sobre a seguinte pauta: 1) Rentabilidade X Meta atuarial - Exercício 2022; 2) Cenário econômico; 3) Carteira de Investimentos; 4) Receita/despesa mensal; 5) Repasses contribuição patronal; 6) Credenciamentos; e 7) Certificações; 8) Política de Investimentos 2023; e 9) Assuntos gerais. Inicialmente, a Presidente do Comitê de Investimentos, Sr.<sup>a</sup> Júlia Dezingrini, agradeceu a presença de todos e, em seguida, passou a palavra para a gestora dos recursos previdenciários, Luciane Vogt, que apresentou um resumo sobre a **Rentabilidade X Meta atuarial - Exercício 2022**, sendo que as aplicações do RPPS rentabilizaram 1,57% no mês de outubro/2022, o que representa o valor de R\$ 840.257,12 (oitocentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e sete reais e doze centavos), sendo a meta atuarial desejada para o período (IPCA + 5,04%) de 1,00%. No ano, a rentabilidade acumulada é de R\$ 4.333.698,12 (quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e doze centavos) totalizando uma rentabilidade de 8,6035%, quando a meta do período (IPCA + 5,04%) fechou em 9,08 %, o que significa que os investimentos do RPPS atingiram 94,72% da meta atuarial até o final de outubro. O patrimônio aplicado ao final de OUTUBRO/2022 totalizou R\$ 54.476.202,74 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e dois reais e setenta e quatro centavos) e R\$ 230.791,17 (duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e um reais e dezessete centavos) ficaram em disponibilidade na conta corrente no Banrisul. Na sequência, analisou-se o **cenário econômico** sendo que em outubro, a curva de juros apresentou fechamento em relação ao mês anterior nos vencimentos mais longos. Isto foi reflexo da volatilidade inerente ao processo eleitoral interno que marcou o mês e o cenário externo

que apresentou receios com uma possível recessão global. Além disso, houve manutenção da taxa Selic em 13,75% na última reunião do Copom e comunicado do Banco Central, indicando que o comitê deve manter as taxas nos níveis atuais (contracionistas) por um longo período a fim de garantir a convergência da inflação para a trajetória de metas. A renda variável, foi um mês muito mais volátil no mercado brasileiro, quando comparado com o resto do ano, também devido ao primeiro e segundo turnos das eleições. No Brasil, terminada as eleições, os mercados focam suas atenções nas perspectivas da economia brasileira para 2023. Nesse sentido, o debate fiscal torna-se protagonista. Como temos destacado, a expansão fiscal de 2022 consumiu parte importante do espaço fiscal que víamos. Assim, a discussão da nova âncora será um dos focos. Em paralelo, a avaliação do avanço do processo de desinflação no Brasil, assim como o ambiente internacional serão outros pontos de atenção. Entrando na questão inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal índice inflacionário brasileiro, fechou o mês de outubro com alta de 0,59%, no ano em 4,70% e no acumulado dos últimos 12 meses ficou em 6,47%. O índice voltou a subir após três meses de deflação. De acordo com o comentário do economista, constante no Relatório Mensal de Outubro. Chegando à final do ano as atenções são para o próximo ano, o primeiro semestre será complexo. Os ventos externos devem ser mais turbulentos, com desaceleração do crescimento global, em particular dos países desenvolvidos. Os mercados debatem “quando” e não mais “se” haverá recessão global. E um ambiente recessivo tende a ser adverso para países emergentes como o Brasil devido a aversão a risco dos investidores. No front doméstico, a transição de governo impõe um desafio de timing na discussão na nova âncora fiscal. Questões burocráticas como as indicações das equipes, e diagnóstico da situação corrente por parte da nova equipe demandam tempo. Ademais, o novo Congresso assume apenas em 1º de fevereiro. Como resultado, nos parece improvável que a incerteza fiscal – que é um obstáculo a corte de juros – diminua já no primeiro trimestre de 2023. Quanto a velocidade de desinflação destacamos que o forte comportamento do mercado de trabalho, com salários acelerando na margem deveriam implicar em maior cautela pelo Banco Central do Brasil. Ademais, o debate quanto a reajuste real

do salário-mínimo traz incerteza adicional para o panorama, uma vez que esse é correlacionado com o comportamento do salário-médio – e esse último é um dos determinantes da inflação de serviços. A resultante é a necessidade de manutenção de uma taxa de juros em patamar elevado. Assim, a expectativa para o começo do ciclo de redução da taxa Selic não tem espaço para o começo do primeiro semestre. Porém, no segundo semestre, desde que parte dessas incertezas sejam dissipadas, existe o potencial para que o Banco Central do Brasil comece a reduzir o juro.

Ainda, de acordo com o parecer do economista da consultoria de investimentos, constante no relatório mensal, “no ambiente global, os principais pontos de risco são: a) taxas de juros, e em que momento os BCs irão parar o ciclo de aperto monetário, b) os riscos maiores de uma recessão global, principalmente na Europa e EUA, e c) a China, que pode impulsionar a economia global caso haja uma reabertura econômica por lá, ou pode seguir pressionando o crescimento econômico do mundo. No Brasil, o futuro das políticas fiscais, bem como qual será o time econômico do próximo governo, são as principais dúvidas no momento. Assim permanecemos com nossa linha, ou seja, o mais recomendado para o momento ainda é a “cautela controlada” ao assumir posições mais arriscadas, a volatilidade nos mercados deve se manter. O fato é que os receios em torno da provável recessão global, aliada a um cenário ainda incerto em relação aos planos do novo Governo a partir de 2023, seguem trazendo volatilidade aos ativos brasileiros. Quanto a ativos de proteção, sugerimos privilegiar ativos DI e IRF-M1. Quanto as despesas, utilizar ativos com menor volatilidade (IDKA2/IRF-M1 e DI) e novos aportes utilizar os ativos DI. Para o IMA-B não estamos recomendando o aporte no segmento, pois diante das incertezas tanto no ambiente interno como no externo o desempenho destes fundos tende a ser afetado. Já para o prefixado IRF-M, estamos recomendamos a entrada gradativa em fundos atrelados a este benchmark, chegando ao patamar de 5%. Na renda variável, continuamos sugerindo escolher bem os ativos neste segmento com viés passivos e entrada de forma gradativa. Com a alta da Selic, pode nos levar a pensar que a renda variável vai deixar de ser atrativa, mas não, somente devemos escolher bem

os ativos domésticos e priorizar a gestão ativa neste segmento. Ao final de outubro, os recursos do RPPS estavam aplicados nos seguintes benchmarks:

Composição por segmento		
Benchmark	R\$	%
CDI	20.647.707,62	37,90
IDKA 2	8.411.241,05	15,44
IMA Geral	3.964.879,51	7,28
IRF-M 1	2.248.583,63	4,13
IMA-B	4.938.818,09	9,07
Exterior	336.988,17	0,62
IPCA	3.328.138,41	6,11
IMA-B 5	8.990.059,68	16,50
IBX-50	338.321,59	0,62
Multimercado	356.947,51	0,66
SMLL	373.516,67	0,69
Ibovespa	265.944,00	0,49
S&P 500	275.056,80	0,50
<b>Total:</b>	<b>54.476.202,74</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relatório Mensal Outubro/2022.

Com base no atual cenário econômico, onde observou-se que no decorrer do mês de novembro a Bolsa Brasileira, o câmbio e a curva de juros foram pressionados pelo aumento de riscos fiscais e que o mercado continua preocupado com quem fará parte da equipe econômica do novo governo eleito e de qual será a agenda fiscal, principalmente, em relação ao teto de gastos, assim como a reação negativa do mercado com as falas de Lula e sua equipe de transição, e considerando, ainda, pareceres enviados pela Consultoria de Investimentos Referência, o Comitê deliberou sobre a realocação de alguns recursos, a fim de adequar as posições da **carteira de investimentos** às perspectivas de mercado, buscando melhor rentabilidade. Assim ficaram definidas as seguintes realocações: I – RESGATE de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP e APLICAÇÃO do valor no CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA; II – RESGATE de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) do FI CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP e APLICAÇÃO no FI CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP; III – RESGATE de R\$ 2 milhões do FI CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP e R\$ 1 milhão do FI CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, sendo os R\$ 3 milhões APLICADOS no CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP; IV – RESGATE de R\$ 1 milhão do BB IDKA 2 TÍTULOS

PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, de R\$ 1 milhão do BB IMA-GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO e de R\$2 milhões do BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP, sendo os R\$ 4 milhões aplicados no BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP. Quanto ao cupom de juros de R\$ 15.562,30, recebido dos fundos de vértice CAIXA BRASIL 2023 e 2024 IV e creditado na conta em 17/11, o valor foi alocado no CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP. Quanto às aplicações em BOVA 11 e IVVB 11, a gestora apresentou um resumo das operações realizadas durante o mês de outubro. Na sequência, a gestora apresentou um resumo das **aplicações e resgates** realizados em outubro. Quanto à **compensação previdenciária**, o INSS repassou em 08/11 o valor de R\$ 9.693,28, que foi aplicado BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP. Quanto ao **enquadramento das aplicações do RPPS**, os investimentos estão atendendo tanto a Resolução 4.963/2021 quanto a Política de Investimentos aprovada para 2022. Na sequência, a gestora do RPPS apresentou o **relatório com as despesas da competência outubro/2022**, sendo que referente ao benefício de aposentadoria foi pago o valor de R\$ 367.962,26 e R\$ 22.973,93 referente às pensões. A folha de benefícios totalizou o valor de R\$ 390.936,19. Além dos benefícios, foram custeados com recursos da taxa de administração, o pagamento do jeton dos membros do Comitê no valor de R\$ 1.376,07, R\$915,93 da consultoria de investimentos, R\$ 1.045,16 referente ao sistema COMPREV, competências anteriores acumuladas, visto que não havia sido enviada a cobrança, sendo o total de despesas administrativas de R\$3.337,16. A despesa total do RPPS no mês de outubro foi de R\$394.273,35. Os **repasses da contribuição patronal** do Executivo e do Legislativo em outubro foram: Executivo: 27/10 – R\$263.631,89 e Legislativo: 27/10 – R\$ 3.058,50. A parte dos servidores foi repassada integralmente ao RPPS no valor de R\$104.009,59. Seguindo, a gestora Luciane informou que em dezembro ocorreria o vencimento dos **credenciamentos do Banco do Brasil, Banrisul e CAIXA**, mas como a Portaria MTP nº 1467/2022 passou a permitir que o credenciamento tenha validade por até dois anos, a partir de sua publicação, o credenciamento das instituições aqui referidas ficará válido por mais 12 meses, a contar de 08 de

dezembro de 2022. Com relação às **certificações dos membros do Comitê de Investimentos e do gestor**, a gestora Luciane Vogt e a servidora Ângela Gross (membro do comitê) possuem certificações CPA-10 válidas até julho/2023 e março/2025, respectivamente. A presidente do Comitê, Júlia Dezingrini, está estudando para fazer nova certificação, pois a sua CPA-10 vence em 07/12. Na sequência, os membros do Comitê passaram a deliberar sobre a **Política de Investimentos** - PI que deverá ser aprovada para o ano de 2023. Após algumas análises e discussões acerca da proposta enviada pela Consultoria de Investimentos, foram registradas dúvidas e sugestões a serem apresentadas no encontro sobre a PI 2023 que será realizado no dia 15/12/2022, às 14h, na Câmara Municipal de Vereadores de Chapada, juntamente com o Conselho Municipal de Previdência – CMPSSP, e com a participação do técnico de investimentos da consultoria, que se fará presente para apresentar a proposta e esclarecer dúvidas dos participantes. Ao encerrar o encontro, a Presidente do Comitê de Investimentos agradeceu a presença de todos e a ata, após lida e impressa, será assinada por todos os presentes. Chapada, 25 de novembro de 2022.

**Júlia Dezingrini**Presidente  
Certificação ANBIMA  
Validade: 07/12/2022**Luciane Vogt**Gestora do RPPS  
Certificação ANBIMA  
Validade: 20/07/2023**Ângela Cristina Klein Gross**Membro Titular  
Certificação ANBIMA  
Validade: 08/03/2025